

## A EDUCAÇÃO E O FUNCIONALISMO EM DURKHEIM

Alessandro de Melo  
DEPED/PPGE/UNICENTRO

O estudo da obra de Émile Durkheim (1858-1917) nos coloca uma questão para a reflexão: que função tem a educação na nossa sociedade? Durkheim não é só o “pai da Sociologia”, mas também o pioneiro da Sociologia da Educação (DURKHEIM, 1952). Começemos pela noção de função, como o faz Torres (2003, p. 13):

Em uma perspectiva funcionalista, as funções são consequências da ação social, são consequências que podem ser observadas e que favorecem a adaptação ou ajuste a um sistema. Por outro lado, as disfunções são consequências que minorizam a adaptação ou ajuste. Desse modo, a mesma noção de função tem um sentido muito prático: é algo que permite a um sistema a sua própria reprodução.

O conceito mais importante da obra sociológica de Durkheim é o de “fato social”, que integra todo o seu conjunto de reflexões sobre a sociedade, entendida como um conjunto dos fatos sociais, integrados numa totalidade que lhes dá organicidade. É dentro deste universo que, posteriormente, analisaremos a educação, ou seja, a “educação como fato social”.

Mas o que é fato social? Fato social não é todo fato que ocorre na sociedade. A primeira característica do fato social é que ele existe exteriormente ao indivíduo, ou seja, não lhe pertence como escopo individual ou psicológico, mas sim social.

Mesmo estando de acordo com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os através da educação. [...] Assim também o devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; existindo antes dele, é porque existem fora dele. (DURKHEIM, 1984, p.01-02)

O fato social, portanto, é objetivo, exterior ao indivíduo, e transmitido pela educação, e se impõe aos indivíduos como forma de ser na sociedade. Para Durkheim, o indivíduo ao nascer encontra prontas as regras sociais, as normas de convivência, as tradições e as relações sociais, assim como valores e crenças. Estas, por existirem anteriormente aos indivíduos, lhes são impostas como algo superior, e, portanto, a única alternativa é que se adapte a estas regras, valores, crenças, normas e relações sociais.

Esta imposição, ou coerção, nas palavras de Durkheim, gera como consequência reações para todos os que se colocam fora destas regras sociais, ou seja, a coerção existe como mecanismo controlador e de manutenção através de sanções sociais. O autor claramente coloca esta questão, no trecho seguinte:

Se experimento violar as leis do direito, estas reagem contra mim de maneira a impedir meu ato se ainda é tempo; com o fim de anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal se já se realizou e é reparável; ou então para que eu o expie se não há outra possibilidade de reparação. (DURKHEIM, 1984, p.02).

O Direito é um clássico exemplo de como se institucionaliza na sociedade o entendimento de que os indivíduos devem seguir as suas regras. As três formas de reação social através do Direito atrás mencionada por Durkheim, na verdade, rege em grande parte o nosso sistema de Direito no Estado Democrático, especialmente se considerarmos a terceira parte da sentença durkheiminiana, ou seja, a da expiação, que tem sido a tônica da ação jurídica na nossa sociedade, sociedade essa que não possui mecanismos eficientes que possam evitar a ocorrência de violações dos Códigos.

A coerção, no entanto, não é apenas legal, mas também se dá no mundo dos costumes, quando, por exemplo, ousar vestir uma roupa inadequada e a reação é o afastamento, ou riso, das pessoas. A língua que sou “obrigado” a falar, e a moeda que me obriga a usar nas trocas, nada disso foi escolhido por mim, mas é imposto pela sociedade em que vivo, pelas regras e normas sociais. Durkheim resume o que é o fato social:

É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (DURKHEIM, 1984, p.11)

O estudo da sociedade, portanto, é o estudo dos fatos sociais, que, da maneira como ele mesmo coloca, são fatos exteriores aos indivíduos, de caráter objetivo (ao contrário dos fatos psíquicos) e que obedecem a leis positivas, gerais e no limite invariáveis, o que denota a sua concepção positivista de sociedade, para a qual os indivíduos deveriam se moldar, e não transformar.

Outra característica da obra sociológica de Durkheim é que a esta não interessam as manifestações individuais dos fatos sociais, mas apenas a sua manifestação coletiva. As ações individuais em cada período são engajadas conforme os costumes de cada período, como, por exemplo, o impulso ao casamento, ao suicídio, à natalidade etc. A estatística reforça o fato de que o fato social não é explicável pelas manifestações particulares:

Como cada um destes números compreende todos os casos particulares indistintamente, as circunstâncias individuais que podem desempenhar qualquer papel social na produção dos fenômenos se neutralizam mutuamente e, por conseguinte, não contribuem para determiná-lo. O que cada número exprime é um certo estado de alma coletiva. (DURKHEIM, 1984, p.07)

A partir destas considerações pode-se afirmar ser a sociedade algo alheio às consciências, embora, diz o mesmo Durkheim, é nas consciências que vive a sociedade. Cada um de nós carrega a sociedade, o seu tempo e espaço, em nós mesmos, somos, enfim, produtos do meio em que vivemos, e devemos cumprir a função que nos cabe na sociedade.

O fato social constitui-se como imposição de valores, crenças, hábitos, normas e regras sociais constituídas independentemente da ocorrência e vontade individual. Mas, se é assim, como ocorre que cada indivíduo possa seguir esta herança social que lhe é imposta? Como cada indivíduo pode vir a saber desta herança para, então, praticá-la e conservá-la? Eis aí o papel da educação na sociedade.

A educação não deixa de ser, para Durkheim, um motor da coerção social, ou seja, um mecanismo de imposição da herança social que cada indivíduo deve assimilar e reproduzir em sociedade. Trata-se de um mecanismo conservador da coesão social, justamente pelo fato de que tem a função de transmitir esta herança para as novas gerações. Eis um dos conceitos de educação para o autor:

Toda educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente [...] Desde os primeiros anos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constrangidos a terem hábitos higiênicos, a serem calmas e obedientes; mais tarde obrigamo-las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc., etc. (DURKHEIM, 1984, p.05)

Durkheim, portanto, concebe a educação num duplo movimento: por um lado a vê como claramente impositiva de valores e regras sociais a serem assimiladas pelas novas gerações, mas, por outro lado, esta assimilação é vista como necessária para a perpetuação da sociedade como ente coeso e moralmente sustentável.

Além deste fato, a educação aparece em Durkheim como mecanismo transmissor da cultura herdada pelas antigas gerações, fazendo com que a assimilação desta herança seja o principal índice de socialização das novas gerações. A educação atua como socializadora, no sentido conservador da palavra, como forma de adaptação das novas gerações às regras sociais. A sociedade tende, segundo o autor, a formar à sua imagem e semelhança cada indivíduo, desde criança: “A pressão de todos os instantes que sofre a criança é a própria pressão do meio social tendendo a moldá-la à sua imagem, pressão de que tanto os pais quanto os mestres não são senão representantes e intermediários.” (DURKHEIM, 1984, p.05).

Assim, atesta Souza (2007), Durkheim acreditava nas instituições educacionais na sociedade, “[...] uma vez que caberia a elas difundir valores que proporcionassem a coesão social numa sociedade cada vez mais diversificada.” (SOUZA, 2007, p.53). Esta crença, inclusive, dizia respeito ao fato de que o nosso autor via na educação a saída da crise social pela qual a sociedade passava, porquanto é a educação o mecanismo de integração social, de manutenção dos seus valores morais. Estes, por sua vez, ligavam-se à formação da “consciência coletiva”, constituída pelas regras morais estabelecidas, e que agem imperiosamente sobre os indivíduos.

A sociedade lança os indivíduos para fora de si, ou seja, insere os indivíduos na vida coletiva, levando cada um a considerar os outros na relação social, e, assim, tornando-se elemento de coesão social. A obediência a regras exteriores não amesquinha os indivíduos, mas, ao contrário, leva-os a construir uma sociedade melhor:

Desejando melhorar a sociedade, o indivíduo deseja melhorar-se a si mesmo. Por sua vez, a ação exercida pela sociedade, especialmente através da educação, não tem por objeto ou por efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário, engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana. (DURKHEIM, 1952, p.46)

Para Durkheim, o projeto social não poderia se dissociar no indivíduo, ou seja, a vida individual deveria se submeter aos desígnios da vida social. A educação cumpre um papel de inserir o indivíduo no lugar que lhe pertence por natureza, ou seja, na sociedade, e cada indivíduo somente se humaniza se estiver em harmonia com esta sociedade, sendo este o principal papel da educação.

Na verdade, porém, cada sociedade considerada em momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos. Há costumes com relação aos quais somos obrigados a nos conformar; se os desrespeitamos, muito gravemente, eles se vingarão sobre nossos filhos. Estes, uma vez adultos, não estarão em estado de viver no meio de seus contemporâneos, com os quais não encontrarão harmonia [...] Há, pois, a cada momento, um tipo regulador de educação, do qual não podemos separar sem vivas resistências, e que restringem as veleidades dos dissidentes. (DURKHEIM, 1952, p.28)

Como afirma o autor, cada indivíduo ou família não poderia escolher à sua revelia o tipo de educação que quisesse livremente, ao contrário, o sistema educacional é imposto como fato social a todos aqueles que pertencem à sociedade, e as novas gerações, assim como todos os membros da sociedade, devem se educar nos moldes por ela imposto. A educação, como diz Durkheim, é a condição de sociabilidade que os indivíduos possuem como membros da sociedade, e, a não ser que queiramos ser excluídos, devemos nos submeter à espécie de educação oferecida.

Há que se destacar que a teoria durkheiminiana de educação, como típica representante conservadora, estabelecia na sociedade uma diferenciação entre os papéis sociais e o tipo de educação. O nosso autor é transparente ao afirmar que cada grupo social haveria de constituir uma educação específica, de modo que cada qual cumprisse seu papel social. Vejamos como este pensamento se encontra em Durkheim:

Não podemos, nem devemos nos dedicar, todos, ao mesmo gênero de vida; temos, segundo nossas aptidões, diferentes funções a preencher, e será preciso que nos coloquemos em harmonia com o trabalho que nos incumbe. Nem todos somos feitos para refletir; e será preciso que haja sempre homens de sensibilidade e homens de ação. (DURKHEIM, 1952, p. 26)

Cada profissão constitui um meio *sui generis*, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, meio que é regido por certas idéias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas; e, como a criança deve ser preparada em vista de certa função, a que será chamada a preencher, a educação não pode ser a mesma, desde certa idade, para todos os indivíduos. (idem, p. 30)

Em primeiro lugar, é necessário considerar que Durkheim tratava da sociedade capitalista europeia no início do século XX, uma sociedade marcada pela chamada “solidariedade orgânica”, ou seja, uma sociedade mais desenvolvida em termos civilizatórios e em que os laços sociais já não permitiam que as novas gerações fossem educadas espontaneamente e de modo uniforme, como acontecia com as sociedades marcadas pela “solidariedade mecânica”, sociedades mais simples em que os laços sociais eram estabelecidos, sobretudo, pela tradição, que subordinava a todos os membros da comunidade.

A sociedade analisada por Durkheim, a sociedade capitalista, atingiu um alto grau de desenvolvimento na divisão social, o que torna os laços sociais mais frouxos e também complexifica

as necessidades formativas para o atendimento das diferentes funções sociais. Esta sociedade se “especializa” em termos das funções necessárias para a sua própria manutenção, e, portanto, as funções a serem desempenhadas pelos indivíduos se multiplicam, exigindo como saída uma educação que leve em conta estas diferenciações.

O trabalho nesta sociedade torna-se mais complexo e cria-se a necessidade de “cooperação” entre os trabalhadores, ou seja, a divisão do trabalho na sociedade, de onde advém a necessidade dos especialistas. A formação destes especialistas deve ficar a cargo da escola, instituição própria para esta função numa sociedade amplamente baseada na divisão do trabalho. Nas sociedades mais simples não era necessária uma instituição específica para se realizar a educação das novas gerações, pois isso era feito cotidianamente, na família, no trabalho e na comunidade.

A sociedade alicerçada sobre a solidariedade orgânica, a sociedade capitalista, não consegue manter a coesão social apenas sob os auspícios da “consciência coletiva”, que, por sua vez, nas sociedades mais tradicionais, é suficiente. Os laços sociais na sociedade capitalista são mais elásticos, e as relações sociais não são apenas relações coercitivas, mas também de interdependência entre os indivíduos e grupos. Esta interdependência leva à convivência com as diferenças. Portanto, a solidariedade orgânica somada à divisão do trabalho na sociedade leva ao individualismo. É contra esta situação que age coercitivamente a sociedade.

A questão de Durkheim, portanto, é entender as características da sociedade orgânica e os modos de se produzir o consenso social para a manutenção desta sociedade. Pode-se dizer, portanto, que o nosso autor enxergava as diferenças não como pontos de discórdia ou mesmo contradições, mas como diferentes funções, que, harmonicamente, conduziriam a sociedade como um corpo biológico, em que cada parte contribui com o todo com a sua função específica, e, assim, promovendo o seu desenvolvimento, sem contradições.

### **Educação moral em Durkheim**

Tema particularmente importante na perspectiva durkheimiana é a questão moral. Em palestra realizada na primeira década do século XX, fala Durkheim sobre a educação moral na escola primária. É esta a fonte que utilizaremos para esta parte do texto.

A concepção mais ampla de moral do nosso autor é a defesa de uma moral laica, republicana, desafeta, portanto, das bases religiosas da moral. As escolas devem trabalhar com a questão moral, tal como as religiões, mas de forma diferente da religião. Mas, o que é a moral? Pode-se dizer em geral que a moral é um conjunto de normas prescritivas e que nos orientam a ação em todos os âmbitos da vida social, de tal modo impositivas que fugir delas é um passo para ser um refugiado social.

No entanto, a moral não pode ser concebida apenas como normas impositivas, no sentido coercitivo. As normas morais possuem dentro da sociedade grande autoridade, de modo a ser reconhecida pela maioria da população. A obediência a estas normas, assim, não é apenas uma questão utilitária, mas de constituição do próprio ser social daquela sociedade. Sua legitimidade não deve vir da pressão ou do medo:

Para que a regra seja obedecida tal como convém que seja obedecida, nós devemos nos submeter a ela não para evitar penas ou para lograr recompensas, mas tão-somente porque a regra ordena, e por respeito à própria regra, porque ela se apresenta a nós como respeitável. Em uma palavra, devemos agir tal como dita a consciência pública, devemos cumprir o dever simplesmente porque é dever, por respeito ao dever. (DURKHEIM, 2007, p.65)

Há, portanto, o elemento do convencimento (ou até da hegemonia, se quisermos ler em chave gramsciana esta proposição). As regras morais precisam ser queridas, ser amadas pelas pessoas, de tal modo que sua descaracterização leve à emersão de fortes reações sociais. Conjugam-se, como diz Durkheim, a ideia de dever e a ideia de bem. De toda forma, o que se evidencia é que a obediência às regras morais não é algo que se constitui espontaneamente, mas como esforço da sociedade e de suas instituições na educação das novas gerações.

O esforço educacional não se dá, tampouco, sem uma dose de sacrifícios, ou de certa forma violentamos algo que está ou pode estar em nossos instintos, em novas vontades individuais. A elevação do indivíduo à condição social depende desta “violência”.

A questão colocada por Durkheim é a de como substituir, no caso da moral laica, a força impositiva do Deus da religião, cuja moral é prescrita como algo sagrado e válido sem questionamentos. Então: como convencer as pessoas a seguirem determinadas regras morais? A resposta de Durkheim, aliás já tratada anteriormente neste texto, é substituir Deus pela sociedade.

Um deus é um poder superior ao homem, que lhe dá ordens, da qual o homem depende. Pois bem, a sociedade tem, com relação a cada um de nós, a mesma superioridade; e essa superioridade não existiria para nós se não a sentíssemos. A sociedade, tal como a divindade, ultrapassa infinitamente o indivíduo, tanto no espaço quanto no tempo. O indivíduo é, pois, um ponto no infinito social. Está perdido nessa imensidão. (DURKHEIM, 2007, p. 68)

Assim colocados os indivíduos em verdadeira posição de submissão à sociedade, e pensada esta numa perspectiva conservadora (mesmo que republicana), cabe pensar a moral como cimentadora das relações sociais, motor da unidade social, da convivência pacífica entre as pessoas. A moral, portanto, é instituída socialmente, e isso significa que ela depende do tempo e espaço em que é constituída.

Indivíduo e sociedade, portanto, possuem uma relação especial em Durkheim: a sociedade é uma existência exterior, mas, ao mesmo tempo, é nas consciências individuais que ela habita, pelo menos no que diz respeito à imposição das normas sociais. Durkheim afirma que não há nada no indivíduo que não seja produto social, e é esta a forma de se reproduzir a sociedade. Como já foi citado anteriormente, ao invocar para si o melhor, os indivíduos não fazem mais que melhorar a sociedade. Haveria, portanto, uma comunhão entre indivíduo e sociedade. Manter a sociedade é manter a si próprio, e vice-versa.

Quanto ao ensino da moral, Durkheim afirma que esta deve ser pauta das escolas desde a mais tenra idade, e que seu conteúdo tem o mesmo caráter objetivo, já que se trata da sociedade,

que outros conteúdos, como as ciências<sup>1</sup>. Ensinar moral é ensinar o funcionamento da sociedade para as crianças:

Nós as fazemos descobrir o mundo físico, porém, nada lhes dizemos sobre o mundo social. Podemos utilizar a História para lhes mostrar os laços que nos unem a esse mundo. Esses vínculos dominam nossa vida, contudo, não são laços materiais que podem ser tocados. Nem sempre podemos senti-los, às vezes até negamos sua existência. É preciso abrir os olhos do pensamento, que farão ver como os homens estão sujeitos a algo para além deles mesmos, e isso pelo simples fato de que vivem juntos. Não há ensinamento mais importante. (DURKHEIM, 2007, p. 73)

Continuando a pensar na escola primária e de como ensinar a moral para as crianças, diz Durkheim que é preciso fazer ver a elas como é diferente estar sozinhas ou em grupo, como ela se modifica quando está com outras crianças, como seu comportamento é diferente em cada situação etc. E ensinar a história das sociedades poderia ser uma forma de vincular a existência hodierna com o passado, contribuindo para pensar como somos parte destas heranças, como estas nos constituem.

No fim das contas, ensinar moral é ensinar como a sociedade tem prevalência sobre os indivíduos, e que esta é a condição da civilização. Para concluir, o ensino da moral deve direcionar para o ensino sobre a Pátria. “E uma vez que a pátria não é mais que a sociedade mais altamente organizada, vocês podem perceber que negar a pátria não é apenas suprimir as idéias recebidas, mas é danificar a vida moral em sua própria fonte.” (DURKHEIM, 2007, p. 74)

### **Algumas atualidades do pensamento durkheimiano**

Para finalizar, não podemos deixar de lembrar as características do pensamento educacional de Durkheim e do funcionalismo que mais se apresentam como aspectos contemporâneos.

Retomando Torres (2003), o funcionalismo na educação possui quatro funções específicas, quais sejam: acadêmica, distributiva, econômica e política. Com relação à função acadêmica, afirma o autor, esta se divide em três outras funções, que são a de socialização das crianças através da internalização das normas, valores, comportamentos etc., a reprodução cultural, ou seja, a adaptação das novas gerações aos padrões constituídos, e as construções intelectuais, como o pensamento indutivo, dedutivo, análise, síntese, operações lógicas e matemáticas, científicas, todas baseadas nos conteúdos.

Com relação à função distributiva, a educação passa a ter um papel de seleção social (relação entre *status* social e educacional), inclusive com impactos sobre a questão do planejamento educacional, como afirma o autor:

Essa função distributiva está no coração da noção de planejamento educativo, porque, se não existisse tal função, não teria sentido usar a escola como um mecanismo do planejamento social. Também não teria sentido pensar na escola como um instrumento de igualdade social. (TORRES, 2003, p. 15).

---

<sup>1</sup> Trata-se da identidade entre sociedade e natureza no sentido epistemológico, típico do positivismo de Durkheim.

A quarta função, a função econômica da educação, insere-se no universo da Teoria do Capital Humano, ou seja, a relação entre educação, trabalho e desenvolvimento econômico. Acredita-se que quanto maior a escolaridade maior a produtividade do trabalhador, o que impacta na igualdade e distribuição de renda na sociedade. Investir em educação, portanto, seria investir na promoção da igualdade social e no desenvolvimento do país pela maior produtividade e competitividade. Esta corrente de pensamento está forte ainda hoje se analisarmos o papel dos empresários na constituição real e ideológica do sistema educacional no Brasil (CNI, 2007). Além do mais é aqui evidente o fundamento funcionalista que já apontamos anteriormente, de que existiria uma comunhão entre esforços individuais, no caso pela formação continuada e pela busca de maior qualificação e produtividade, e o projeto social de desenvolvimento, que, apesar de ser um projeto classista, coloca-se como projeto social, num claro intento hegemônico.

A função política da educação leva em conta que esta tem o papel de alinhar e fortalecer a convivência social.

Este ideal de convivência social pode ser extraído da sala de aula e ser levado à sociedade: se todos pudermos ser tolerantes ao ouvir e ser ouvidos, também poderemos ser tolerantes em entender discrepâncias na sociedade em termos das diferentes percepções do porque essa sociedade é assim ou deve ser assim. (TORRES, 2003, p.17).

Apreendemos, portanto, na breve análise de Durkheim e do funcionalismo em geral que a educação, nesta concepção, tem o papel de dissuadir os indivíduos à crítica do sistema social. Estes, ao contrário, deveriam moldar-se a este sistema, reproduzindo suas diferenças, que, na realidade, constituem-se em nossa sociedade em desigualdades sociais, como a expressa no fato de que a educação deve formar para o cumprimento de diferentes papéis sociais, ou seja, como afirma Torres (2003, p.18): “Quer dizer, por um lado, educa-se uma elite para conduzir um país e, por outro, civiliza-se o conjunto das massas.”

Deste modo, a análise aqui empreendida do funcionalismo objetivou trazer esta discussão para a realidade da atual sociedade, demonstrando quão atual permanece este tipo de concepção ideológica, especialmente nos setores para quem interessa a manutenção e o desenvolvimento da sociedade nos moldes capitalistas. De fato é o funcionalismo, em suas vertentes mais contemporâneas, neoliberais, a ideologia burguesa hegemônica. É a partir dela que se nega a luta de classes, que se confirma a ideologia do mérito entre outras. O funcionalismo é a ideologia pagã da religião, que sustenta o comodismo (Deus proverá!), o individualismo (teologia da prosperidade), e, politicamente, o conservadorismo e o ódio contra as esquerdas. É também a ideologia do empresariado em suas lutas por reformas, como a trabalhista, e na negação das lutas de classes, convocando todos para cumprirem sua tarefa social, em paz e harmonia.

## Referências

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável. Brasília: CNI, 2007.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 11. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Educação e sociologia*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1952.



\_\_\_\_\_. O ensino da moral na escola primária. *Novos Estudos CEBRAP*, n.78, p. 59-75, julho 2007.  
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n78/08.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2020.  
SOUZA, J.V.A. de. *Introdução à sociologia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.  
TORRES, C.A. *Sociologia política da educação*. São Paulo: Cortez, 2003.